Fls.

Processo: 0155660-53.1998.8.19.0001 (1998.001.152425-9)

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Procedimento Comum - Consórcio / Contratos de Consumo

Exequente: CONSTRUÇOES E COMERCIO CAMARGO CORREA S/A
Exequente: CONVAP ENGENHARIA E CONSTRUÇOES S/A
Réu: FURNAS CENTRAIS ELETRICAS S/A
Exequente: SERGIO BERMUDES
Exequente: ROBERTO SARDINHA JUNIOR
Exequente: JOÃO ALBERTO ROMEIRO
Interessado: SERGIO BERMUDES ADVOGADOS
Interessado: FERNANDA GUIMARÃES HERNANDEZ SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
Interessado: PASSARINHO Y AMOEDO ADVOCACIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL
Interessado: BRUNO CALFAT ADVOGADOS
Perito: MARCOS CELSO PINA PORTO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Luiz Claudio Silva Jardim Marinho

Em 21/08/2023

Decisão

1. Cuida-se de demanda em fase de cumprimento de julgado, por meio do qual o Supremo Tribunal Federal deu provimento a Recurso Extraordinário interposto pela parte autora, para julgar procedentes os seus pedidos, no sentido de condenar a ré ao pagamento da quantia correspondente ao valor total recolhido a título de ISS (Imposto Sobre Serviços), com a inversão dos ônus sucumbenciais, conforme julgado de fls. 862/872.
2. Certidão de trânsito em julgado em 6.6.2019.
3. A parte autora (Camargo Corrêa e Convap Engenharia) deflagrou a fase de cumprimento de sentença, às fls. 965/971, postulando a intimação da ré/executada para pagamento da quantia de R\$ 172.685.746,56.
4. Os ex-advogados da autora, por sua vez, postularam o cumprimento da sentença em relação à condenação no pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais no valor de R\$ 8.583.636,71.
5. A executada requereu, às fls. 1141, a juntada de guia de depósito judicial do valor incontroverso de R\$ 108.437.271,89, às fls. 1164/1168, sendo R\$ 97.691.235,94 referente à condenação principal, e R\$ 10.746.035,95 referente aos honorários de sucumbência fixados pelo STF em 11% (onze por cento) do valor da condenação, indicando o valor controverso de R\$ 81.563.183,65, a ser objeto de impugnação, requerendo, outrossim, a juntada de carta de fiança bancária no valor de R\$ 106.032.138,74, com a finalidade de garantia do respectivo pagamento.

Aduziu, outrossim, ser credora da segunda autora, CONVAP ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES S/A, da quantia de R\$ 870.588,84, proveniente de julgado da 2ª Vara Cível da Comarca de Minaçu-GO e objeto de penhora no rosto dos autos, postulando seja a importância deduzida do crédito existente em favor da exequente.

6. Decisão, às fls. 1184/1185, deferiu a expedição do mandado de pagamento da quantia incontroversa de R\$ 96.820.647,10 (considerando a diferença apurada entre o crédito e o valor referente à solicitação de penhora no rosto dos autos).

7. Os advogados da parte autora (ex e atuais) requereram, às fls. 1222/1224, a expedição do mandado de pagamento dos honorários advocatícios incontroversos, o que lhes foi deferido às fls. 1267/1268.

8. A executada - Furnas Centrais Elétricas S.A - ofertou impugnação ao cumprimento de sentença, às fls. 1305/1319, aduzindo, em síntese, excesso no valor da execução, considerando o cômputo equivocado de juros de 1% ao mês desde a citação, considerando que a demanda foi ajuizada em 28.8.1998, com citação em 02.10.1998, ou seja, na vigência do artigo 1062 do Código Civil de 1916, que estabelecia juros de 0,5% ao mês, sendo certo que somente a partir de 11.1.2023, com a entrada em vigor do atual Código Civil, é que os juros moratórios passaram a ser de 1% ao mês, mencionando, inclusive, o Tema 176 do STJ, sustentando, ainda, que 6 guias foram incluídas em duplicidade nos cálculos elaborados pelas exequentes.

9. Decisão, a fls. 1375, determinou a anotação da penhora no rosto dos autos no valor de R\$ 870.588,84 e concedeu efeito suspensivo à impugnação.

10. Decisão, a fls. 1444, determinou a transferência da quantia de R\$ 870.588,84 à disposição do Juízo da 2ª Vara Cível de Minaçu/Goiás.

11. As exequentes ofertaram resposta à impugnação ao cumprimento de sentença, às fls. 1527/1563, postulando, inicialmente, a incidência da multa e honorários previstos no parágrafo primeiro do artigo 523 do CPC, salientando que o valor das custas (R\$ 39.930,86) e da multa processual (R\$177.978,36) não foram objeto de impugnação pela executada. Em relação à alegação de cobrança indevida de juros, afirmou que o pedido de aplicação de juros de 1% ao mês em todo o período, com fundamento no artigo 161, § 1º, do CTN, foi integralmente acolhido no julgamento do Recurso Extraordinário pelo Supremo Tribunal Federal, com trânsito em julgado em 6.6.2019, não sendo possível rediscutir a questão em sede de cumprimento de sentença.

As exequentes/impugnadas se insurgiram, ainda, contra a alegação de cobrança em duplicidade, apontando omissão de guias de ISS na planilha apresentada pela impugnante e utilização de índice defasado de correção monetária, postulando, ao final, a rejeição da impugnação.

12. Manifestação da impugnante/executada às fls. 1652/1672.

13. Decisão, a fls. 1718, determinou a produção de prova pericial contábil.

14. A executada se manifestou, às fls. 1745/1746, aduzindo que, em 27.10.2020, firmou, "juntamente com a Controladoria Geral da União (CGU) e a Advocacia Geral da União (AGU), de termo de adesão ao Acordo de Leniência com a empresa CAMARGO CORREA, objetivando o ressarcimento em relação a empreendimentos dos quais direta ou indiretamente participa por meio de suas controladas", pelo qual possui crédito a receber da exequente no valor de R\$ 20.601.123,36, pugnando pela expedição de Ofício à Controladoria-Geral da União, por ter sido o órgão responsável por coordenar e celebrar o referido acordo de leniência.

15. A exequente se pronunciou às fls. 1749/1752, no sentido de que os créditos abarcados pelo acordo de leniência não se confundem com os fatos delineados na presente demanda, destacando que o acordo de leniência foi assinado em 27.10.2020, ou seja, mais de ano após o início do cumprimento da sentença, salientando que a executada deveria ter formulado o pedido de compensação diretamente aos coordenadores do acordo, quando da celebração do termo de adesão, pelo qual o recebimento ocorrerá em 24 parcelas anuais, postulando o indeferimento do pedido de compensação de valores e expedição de ofício à CGU.

16. Laudo Pericial às fls. 1808/1844, aditado pelos esclarecimentos de fls. 2166/2169.

17. Os exequentes (honorários sucumbenciais) se manifestaram às fls. 2206/2209, aduzindo que o pedido de compensação não interfere na execução dos honorários que lhes são devidos.

18. A exequente (Camargo Corrêa S.A), por sua vez, se pronunciou às fls. 2212/2214,

Pois bem.

Cuida-se de impugnação ao cumprimento de sentença ofertada pela executada (Furnas Centrais Elétricas S.A) às fls. 1305/1344.

A demanda objetivou a restituição de valores pagos a título de tributo (ISS) referentes ao contrato nº 8.765, celebrado em 22.1.1988.

Decisão, a fls. 1718, determinou a produção de prova pericial contábil.

O Perito nomeado pelo Juízo apurou o crédito remanescente das exequentes no valor de R\$ 136.203.390,99 (cento e trinta e seis milhões, duzentos e três mil, trezentos e noventa reais e noventa e nove centavos), data-base junho/2022.

Entendo de bom alvitre destacar e analisar os fundamentos da irresignação da executada.

I - DOS JUROS INCIDENTES SOBRE O VALOR A SER RESTITUÍDO.

A executada, ora impugnante, postula a aplicação de juros moratórios de 0,5% até a entrada em vigor do atual Código Civil e, a partir de 11.1.2003, juros de 1% ao mês.

As exequentes, por sua vez, insistem na aplicação de juros de 1% desde a data do respectivo pagamento.

O Perito elaborou cálculos, considerando ambas as hipóteses de aplicação de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês a partir da data de citação (02/10/1998) até a data que antecede a entrada em vigor do Código Civil de 2002 (10/01/2003) e juros de 1% (um por cento) ao mês a partir de 11/01/2003, bem como cálculos com aplicação de juros moratórios a taxa de 1% (um por cento) a partir de cada pagamento.

Julgado do Supremo Tribunal Federal, em 19.12.2017, da lavra do Ministro Luís Roberto Barroso, deu provimento a Recurso Extraordinário interposto pela parte autora (fls. 862/872), para acolher integralmente o pedido formulado na inicial.

O pedido deduzido pela autora é de condenação da demandada ao pagamento da quantia correspondente ao valor total recolhido a título de ISS, aplicando-se correção monetária e juros de

1% ao mês, ambos a partir dos respectivos desembolsos.

Isso significa que subsiste coisa julgada formada em 6.6.2019 e não cabe a este Juízo modular o percentual ou período de incidência dos juros.

Entendo, inclusive, inaplicável o Tema 176, firmado em regime de Recurso Repetitivo pelo Superior Tribunal de Justiça ("Tendo sido a sentença exequenda prolatada anteriormente à entrada em vigor do Novo Código Civil, fixado juros de 6% ao ano, correto o entendimento do Tribunal de origem ao determinar a incidência de juros de 6% ao ano até 11 de janeiro de 2003 e, a partir de então, da taxa a que alude o art. 406 do Novo CC, conclusão que não caracteriza qualquer violação à coisa julgada"), considerando a impossibilidade de impor sua aplicação a julgados proferidos no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

A fixação de tese em recurso repetitivo baliza julgamento pelos órgãos do Poder Judiciário, mas não a execução de julgados já submetidos ao trânsito em julgado.

O julgado do STF, ao acolher integralmente o pedido do autor, sem qualquer ressalva, dispôs que a correção monetária e os juros devem ser computados a partir de cada desembolso, pouco importando, inclusive, a compreensão pessoal deste Magistrado sobre a questão.

Assim, os juros de mora devem observar a coisa julgada e a fixação de 1% ao mês, restando impossibilitada qualquer rediscussão sobre a questão, inclusive sobre a aplicação ou não do artigo 161, § 1º. do CTN.

II - DA ALEGAÇÃO DE DUPLICIDADE DE COBRANÇA.

A alegação de duplicidade de cobrança resta superada, sem dificuldade, pelo Laudo Pericial, aditado pelos esclarecimentos de fls. 2166/2169.

Neste sentido, o laudo é inequívoco em afirmar e demonstrar que não há duplicidade de documentos, embora possuam valores e datas idênticas, considerando distintos os números de série e as autenticações mecânicas, consoante bem demonstrado nos documentos colacionados às fls. 1816/1820.

III - DA COMPENSAÇÃO PARCIAL

Em relação à pretensa compensação parcial, entendo por indeferi-la.

O crédito reconhecido em favor da executada no termo de adesão ao Acordo de Leniência celebrado entre a exequente (Camargo Correa) com a Controladoria Geral da União (CGU) e a Advocacia Geral da União (AGU), no valor de R\$ 20.601.123,36, como ressarcimento à executada (Furnas) será pago em 24 prestações.

O acordo de leniência foi celebrado em outubro de 2020, o que significa que o pagamento das 24 prestações deve ter encerrado em 2022.

A executada, a rigor, desconhece se ainda subsiste algum crédito em seu favor e o respectivo valor, tendo postulado a expedição de ofício à CGU e AGU para informação, o que se afigura injustificável, na medida em que cabe ao credor informar precisamente se ostenta ou não crédito em seu favor.

Além do mais, a causa de pedir na presente demanda não guarda correlação com o contrato alvo da investigação na Operação Lava Jato e que ensejou o Acordo de Leniência.

Os créditos existentes em favor das partes não guardam nenhuma pertinência, inexistindo, outrossim, qualquer notícia de descumprimento da obrigação pela exequente.

E, como afirmado, a exequente se comprometeu ao pagamento de 24 parcelas, não havendo informação ou comprovação de inadimplemento ou de quais parcelas são imediatamente exigíveis, como exigido no artigo 396 do Código Civil.

IV - DA MULTA E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PREVISTOS NO ARTIGO 523, § 1º, DO CPC.

Reconheço, outrossim, a incidência da multa e honorários advocatícios, ambos de 10%, previstos no artigo 523, § 1º, do CPC, considerando que, de acordo com entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a garantia do Juízo é insuscetível de afastá-los, porquanto apenas o depósito voluntário da quantia, sem condicionar o levantamento a qualquer discussão, é capaz de afastar a incidência da multa e honorários.

A propósito, confira-se recente julgado.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXCESSO NA EXECUÇÃO. REJEIÇÃO. REFORMA PARCIAL DA DECISÃO AGRAVADA. 1. Recurso interposto em face da decisão que rejeitou a impugnação ao cumprimento de sentença, determinando o seu prosseguimento, com base no valor apurado pelo autor, acrescido de multa e honorários advocatícios do artigo 523, § 1º do CPC. 2. Considerando que os cálculos judiciais gozam de presunção iuris tantum de veracidade, diante do atributo da imparcialidade de que goza o auxiliar do juízo, estes devem prevalecer, em detrimento do cálculo da parte autora. 3. Com relação a multa e aos honorários advocatícios do artigo 523, § 1º do CPC, estes são devidos, tendo em vista que, consoante entendimento firmado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, apenas o depósito voluntário da quantia devida, sem se condicionar o levantamento a qualquer discussão do débito, é capaz de afastar a incidência da multa e honorários advocatícios previstos §1º do art. 523 da Lei Processual Civil. 4. No caso dos autos, a parte ré não efetuou o pagamento voluntário do débito remanescente, mas sim, depositou os valores controvertidos como garantia do Juízo, no intuito de ofertar impugnação ao cumprimento de sentença. 5. Assim, deverão incidir sobre o valor do cálculo da execução a multa e os honorários advocatícios previstos no artigo 523, § 1º do CPC, além de correção monetária. 6. Recurso conhecido e parcialmente provido. 0073749-79.2022.8.19.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO - Des(a). JDS MARIA TERESA PONTES GAZINEU - Julgamento: 18/04/2023 - VIGÉSIMA TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

Neste cenário, forçoso reconhecer que a carta de fiança apresentada pela executada, às fls. 1434/1439, não impede a incidência dos consectários previstos no artigo 523 do CPC.

O Superior Tribunal de Justiça, em recente julgamento (REsp nº 2007874/DF), entendeu "não ser possível caracterizar como pagamento voluntário depósito realizado em cumprimento de sentença, no qual o Executado manifesta-se expressamente no sentido de servir o valor como garantia do juízo para fins de concessão de efeito suspensivo ao seu recurso.

A par disso, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, em julgado pelo sistema dos recursos repetitivos o REsp n. 1.820.963/SP, alterou a tese no TEMA 677/STJ, nos seguintes termos:

"na execução, o depósito efetuado a título de garantia do juízo ou decorrente da penhora de ativos financeiros não isenta o devedor do pagamento dos consectários de sua mora, conforme previstos no título executivo, devendo-se, quando da efetiva entrega do dinheiro ao credor, deduzir do

montante final devido o saldo da conta judicial".

Assim, considerando que a carta de fiança não significa disponibilidade imediata do numerário ao credor, deve ser reconhecida a incidência da multa e honorários advocatícios previstos no artigo 523, § 1º, do CPC.

Face ao exposto, REJEITO a impugnação ao cumprimento de sentença ofertada pela executada Furnas Centrais Elétricas S.A, para, em síntese:

- a) Reconhecer a incidência de correção monetária e juros legais de 1% a contar do respectivo pagamento, considerando o trânsito em julgado da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal;
- b) Inadmitir a compensação parcial de créditos, considerando a ausência de prova da existência atual e valor do suposto crédito, bem como da exigibilidade do pagamento a que se comprometeu a exequente efetuar em 24 parcelas em sede de Acordo de Leniência celebrado em outubro de 2020;
- c) Rejeitar a alegação de cobrança em duplicidade de valores, mercê de distintos os documentos referenciados na planilha;
- d) Reconhecer a incidência de multa e honorários advocatícios previstos no artigo 523, § 1º, do CPC sobre o saldo inadimplido pela executada.

O Perito apurou o crédito das exequentes, em 30.9.2019, no valor total de R\$ 191.657.208,66 (incluído valor do principal, honorários sucumbenciais de 11%, multa de 5% prevista no artigo 1021, § 4º, do CPC, bem como custas judiciais).

Considerando o depósito judicial de R\$ 108.437.271,89, subsiste crédito em favor dos exequentes no valor total de R\$ 83.219.936,77 (fls. 1824).

Sobre o saldo remanescente devem incidir os consectários de multa e honorários previstos no artigo 523, § 1º, do CPC).

Não há que se aplicar a multa de 30% prevista no artigo 835, § 2º, do CPC, considerando que o valor da caução é suficiente para garantia do valor da execução, conforme, inclusive, salientado pelo Perito no item 6 de fls. 1824, diante da apresentação da nova carta de fiança às fls. 1973/1976.

Despesas processuais pela executada, ora impugnante.

Sem honorários, considerando o entendimento consolidado no enunciado 519 do STJ, segundo o qual "Na hipótese de rejeição da impugnação ao cumprimento de sentença, não são cabíveis honorários advocatícios".

P. Intimem-se.

Rio de Janeiro, 05/09/2023.

Luiz Claudio Silva Jardim Marinho - Juiz Titular

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Luiz Claudio Silva Jardim Marinho

Em ____/____/____

Código de Autenticação: **4TEH.QAU4.SVYA.R9Q3**

Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos